



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6084 - Pôster - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

PROGRAMAS DE GOVERNO E FREQUÊNCIA ESTUDANTIL: INTERFACES DO COMBATE AO ABANDONO E EVASÃO ESCOLAR, NO ESTADO DO PARANÁ  
Edimara Domingues de Oliveira - UFPR - Universidade Federal do Paraná

**PROGRAMAS DE GOVERNO E FREQUÊNCIA  
ESTUDANTIL: INTERFACES DO COMBATE AO ABANDONO E EVASÃO  
ESCOLAR, NO ESTADO DO PARANÁ.**

A garantia de direito à educação é constitucional, como prevê os Art. 205. e Art. 206, da Constituição Federal, sendo a educação um dever do Estado e da família, para a faixa etária de 04 a 17 anos. No entanto, a garantia de permanência dos estudantes no sistema de ensino é um desafio para o poder público. Por isso, uma das maiores problemáticas discutidas em políticas educacionais diz respeito ao abandono e evasão escolar e as implicações para a efetivação do direito do acesso e permanência escolar de crianças e adolescentes. Silva Filho e Lima Araujo (2017) chamam a atenção para a dificuldade em definir exatamente o conceito de evasão e abandono escolar, o que prejudica a própria tomada de decisão por parte do poder público. Os autores também destacam a necessidade de olhar para os fatores externos à escola, para compreender as razões da desistência dos estudantes em frequentar a escola. Ribeiro (2013) volta a sua análise para a dinâmica social da juventude, para compreender a desistência escolar. Para isso, a autora debate sobre a construção do conceito de identidade juvenil com a cultura escolar e como a escola está relacionada com um desejo de projeção social. Segundo a perspectiva de Franceschini, Ribeiro e Gomes (2017), o abandono escolar, reprovação e infrequência compõem o termo “fracasso escolar”. Os autores buscam compreender as motivações do fracasso escolar através de pesquisa com profissionais da educação e com alunos. A necessidade de entender as motivações também norteou o trabalho de Soares, Fernandes, Nóbrega e Nicolela (2015) ao apresentarem os fatores ligados ao abandono escolar, e mais uma vez, fatores externos e internos à escola são analisados conjuntamente.

Diante do exposto, este trabalho tem por objetivo problematizar respostas institucionais – através de programas de governo - efetivadas pela Secretaria de Estado do Paraná, com relação à garantia do acesso e permanência dos estudantes nas escolas e à diminuição do abandono e evasão escolar. A problemática está diretamente ligada ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), pois a desistência escolar interfere diretamente na pontuação do Estado no IDEB. Este é formado a partir da média de desempenho nos exames aplicados pelo Inep (Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e índices de aprovação escolar. É importante considerar que, segundo o censo escolar, o Paraná teve uma perda de 89 mil estudantes que estavam matriculados em 2017 e não retornaram aos bancos escolares em 2018. O IDEB apresenta variação negativa se

a taxa de desistência é elevada, pois, diminui a quantidade de alunos aprovados.

Para compreender a organização dos programas de governo, é necessário compreender a mudança no registro de frequência estudantil. Em 2012, foi implantando, nas escolas estaduais, um amplo programa de monitoramento de frequência escolar. A Secretaria de Estado de Educação (SEED), em parceria com a Companhia de Tecnologia e Informação do Estado do Paraná (CELEPAR) desenvolveu uma ferramenta chamada de Registro de Classe online (RCO) a ser utilizada pelos professores, para a organização do seu trabalho diário. O objetivo era dar agilidade aos registros de frequência, conteúdo e avaliação, através da internet e em tempo real. A princípio, era uma forma de modernização do trabalho do professor, pois, até então, eram utilizados diários de classe de papel. Em 2013, o RCO foi implantado apenas em algumas escolas, em caráter de teste, sendo que, em 2018, finalmente todas as escolas passaram a utilizar o RCO. Assim, a instrução normativa 22/2017 foi editada para orientar o preenchimento correto do livro de chamada online, explicando a transição do livro físico, de papel, para o ambiente virtual.

A metodologia adotada, neste trabalho, corresponde à análise dos documentos oficiais do governo estadual, onde consta a descrição dos procedimentos a serem adotados pelas escolas e secretaria de educação, no tratamento aos casos de evasão e abandono escolar. O trabalho discorre sobre três programas de governo adotados em períodos diferentes, por governos diferentes, desde 2005. No entanto, o foco é o programa atual, chamado Presente na escola. A construção normativa dos programas se faz importante para entender os princípios que balizam as ações do poder público no tratamento ao problema da desistência dos estudantes. Em complemento à compreensão da construção normativa, o trabalho abordará como o programa foi colocado em prática pelos diretores e professores, em escolas da cidade de Almirante Tamandaré (PR). A pesquisa nas escolas terá por base a análise qualitativa, para poder mapear a compreensão dos profissionais das escolas sobre a implementação e desenrolar do programa no estabelecimento de ensino.

O primeiro programa de governo voltado ao tratamento da desistência dos estudantes foi desenvolvido em 2005, chamado FICA COMIGO, durante o Governo Roberto Requião (PMDB- 2002 a 2008). O segundo programa foi desenvolvido em 2013, chamado Plano de Combate ao Abandono Escolar (PCAE), durante o Governo Beto Richa (PSDB- 2009-2018). Por último, o programa Presente na Escola, desenvolvido em 2019, durante o Governo Ratinho Junior (PSD- 2019-2022). Um dos diferenciais do Programa Presente na Escola com os demais é justamente o aparato administrativo utilizado para o seu funcionamento, considerando que o RCO passou a existir em todas as escolas apenas em 2018. No entanto, o programa FICA COMIGO não teve continuidade. Já o Programa de Combate ao Abandono Escolar (PCAE) se localiza na transição entre os registros de chamada em papel para o sistema online. O PCAE é importante para a pesquisa porque apresenta os formulários e documentos a serem utilizados, preenchidos e enviados às instâncias, como a Rede de Proteção e Conselho Tutelar. Estes formulários e documentos são utilizados pelos estabelecimentos de ensino na condução dos casos dos alunos infrequentes. Há a construção de uma ampla burocracia para o acompanhamento de casos de evasão e abandono escolar, no momento em que há documentos específicos, de funções específicas, no caso de pedagogos e diretor de escola, que, passam a fazer parte da Rede de Proteção, além da responsabilidade de reuniões mensais e propostas de soluções para os casos de evasão, abandono e violência contra a criança e o adolescente.

Em maio de 2019, foi lançado o Programa Presente na Escola. Ele é definido como um conjunto de estratégias de acompanhamento de frequência e combate ao abandono a serem aplicadas pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Estas estratégias são:

**a) monitoramento por meio do relatório de frequência dos alunos:** “relatórios gerenciais diários, mensais e semanais subsidiarão a Seed-PR para pensar em estratégias.

**b) identificação e compartilhamento de boas práticas:** “o Departamento de Programas para Educação Básica e o Departamento de Acompanhamento Pedagógico têm como um dos seus focos a identificação e a disseminação de boas práticas”.

**c) Monitoramento para a melhoria da prática pedagógica:** “semanalmente, os tutores pedagógicos se reúnem com a gestão escolar para discutir ações e encaminhamentos, e a melhor forma de implementá-los”.

**d) articulação dos desdobramentos com a Rede de Proteção:** “embora sejam feitos todos os encaminhamentos, há fatores externos à escola que geram o abandono escolar. Para esses casos, o Sistema Educacional da Rede de Proteção deve ser acionado”.

Nessa via, este trabalho pretende entender o planejamento de gestão administrativa da SEED visando à diminuição da desistência escolar (e assim postular um índice melhor no IDEB), bem como a efetivação no ambiente escolar. Os papéis dos professores, na condição de técnicos, tutores, diretores e pedagogos, oferecem os caminhos para compreender como uma política educacional ganha vida, ganha corpo, ganha movimento no ambiente social para o qual ela será implementada.

A realização da ação governamental traz questões importantes a serem pensadas, principalmente quanto à capacidade de atingir as causas da desistência dos alunos, considerando os aspectos sociais, econômicos e culturais aos quais os estudantes estão inseridos. Pois, se estas condições não são avaliadas, corre-se o risco de ser um programa meramente punitivo, uma vez que as escolas precisam alcançar 85% de presença dos alunos, somando todas as turmas de todos os turnos, diariamente. Há apreensão quando esta meta não é alcançada, pois há cobrança por parte do núcleo regional de educação, sobre os motivos pelos quais a frequência ficou abaixo do esperado. A “punição real” é a excessiva cobrança para que a escola alcance o índice de presença, a exposição dos dados de todas as escolas pertencentes a uma mesma cidade, onde os diretores ficam satisfeitos quando a meta é alcançada, e, constrangidos, quando a presença não é satisfatória.

A análise de políticas educacionais traz à tona a possibilidade de entender como o poder público insere na agenda política as questões constantemente presentes na área da educação. A necessidade da intervenção do Estado no problema da exclusão educacional é fundamental para a garantia do acesso e permanência no ensino. Se a “Era dos Direitos” (Bobbio, 2004) ainda é um anseio para a realidade brasileira, a efetivação do direito à educação é a chance histórica para o amadurecimento de uma sociedade de fato democrática e inclusiva, onde todos que dela participam, poderão ser recompensados.

**PALAVRAS-CHAVES:** Política Educacional. Programas de Governo. Princípios normativos. Evasão e abandono escolar. Frequência estudantil.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 19 de junho de 2020.

Bobbio, Norberto, 1909- A era dos direitos / Norberto Bobbio; tradução Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Celso Lafer. — Nova ed. — Rio de Janeiro: Elsevier, 2004

FRANCESCHINI, Vanessa Lima Caldeira; MIRANDA-RIBEIRO, Paula; GOMES, Marília Miranda Fortes. Porta de entrada ou porta de saída? Fracasso escolar no ensino médio segundo estudantes e coordenadores(as) de escolas em ribeirão das neves, mg. **Educ. rev.**, Belo Horizonte , v. 33, e164208, 2017 .

PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Programa de Combate ao Abandono Escolar. 2ª Edição. 2018.

PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO: PROGRAMA PRESENTE NA ESCOLA. <http://www.presentenaescola.pr.gov.br/>

PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Instrução INSTRUÇÃO Nº 22/2017–SUED/SEED.

PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. PROGRAMAS E PROJETOS FICA COMIGO.

PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO: PROGRAMA DE COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR:

<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=91>

SILVA, Monica Ribeiro da; PELISSARI, Lucas Barbosa; STEIMBACH, Allan Andrei. Juventude, escola e trabalho: permanência e abandono na educação profissional técnica de nível médio. **Educ. Pesqui.**, São Paulo , v. 39, n. 2, p. 403-417, Junho. 2013.

SILVA FILHO, Raimundo Barbosa; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação por escrito. Pará**, vol. 08, n.01, p. 35-48. 2017.